

## Lei Ordinária nº 1465/2006

Autoriza o Poder Executivo a implantar órgão executivo do transito do Município - DEMTRAN Departamento Municipal de Transito e cria a Junta Administrativa de Recursos de Infrações JARI, bem como firmar convênios e delegar suas competências e outras instituições e dá
outras providências.

O Prefeito Municipal de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 15 de dezembro de 2006

**Art. 1º. -** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar o DEMTRAN - Departamento Municipal de Transito, Órgão Executivo do Transito do Município.

**Parágrafo único. -** Outrossim, fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, nos termos que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro - CTN.

**Art. 2º. -** Ao DEMTRAN - Departamento Municipal de Transito, incumbe a execução e operacionalização, na jurisdição territorial do Município, das ações e atividades estatuídas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, observadas as normas e demais diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, Departamento Nacional de Transito - DENATRAN e Conselho Estadual de Transito - CETRAN, no que for aplicável.

**Parágrafo único.** - O Departamento Municipal de Transito - DEMTRAN desenvolverá, prioritariamente, as atividades de planejamento do sistema viário e engenharia de tráfego, fiscalização, controle, educação de trânsito, além de análise de estatísticas e outras atividades que lhe forem legalmente atribuídas.

- **Art. 3º. -** Para a execução, operacionalização e implementação de suas atividades, o DEMTRAN contará comas seguintes unidades operacionais de apoio:
- I Setor de Fiscalização, Controle e Estatística;
- II Setor de Engenharia de Tráfego e Sistema Viário;
- III Setor de Educação de Transito.
- § 1º. O direção de DEMTRAN, para todos os efeitos, será considerada a autoridade municipal de transito no âmbito de sua circunscrição.

- § 2º. Para chefia do Setor de Engenharia de Tráfego e Sistema Viário, preferencialmente será nomeado, em comissão, profissional com habilitação superior na área de engenharia civil ou correlata, ou ainda, mediante contratação de empresa devidamente habilitada e especializada na área.
- § 3º. Para a chefia do Setor de Educação de Transito, preferencialmente, será nomeado, em comissão, profissional com habilitação em pedagogia ou área correlata, com vista a integração efetiva e harmônica de ações com o órgão municipal encarregado da educação infantil e ensino fundamental.
- **Art. 4º. -** A Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Município de Camapuã MS JARI, o órgão colegiado encarregado da análise e julgamento dos recursos de infrações na circunscrição do Município e suas atividades, terão regulamentação em regimento próprio, aprovado por seus membros e baixado por Decreto do Prefeito Municipal, na forma definida pelo CONTRAN e CETRAN e será composta por:
- **a) -** 01 (um) representante não governamental do Município, indicado pelo Prefeito Municipal, que a presidirá;
- **b) -** 01 (um) representante do Departamento Municipal de Transito da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos;
- c) 01 (um) membro da sociedade civil representante dos condutores de veículos.
- **Parágrafo único.** Os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração JARI reunir-se-ão ordinariamente 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente quando convocado por seu Presidente ou pelo Prefeito Municipal e farão jus a um pró-labore correspondente a 1/6 (um sexto) do menor vencimento atribuído aos servidores Municipais efetivos, que será pago por reunião na qual participem.
- **Art. 5º. -** Para a concretização do objeto desta Lei, fica o Executivo autorizado a firmar convênios com outras entidades, contratar serviços de terceiros, bem como delegar competências, conforme prevêem o art. 25 do Código de trânsito Brasileiro CTB e art. 3º da Resolução 106/99, do Conselho Nacional de Trânsito Brasileiro CNT.
- **Art. 6º. -** Ficam criados os seguintes cargos de Provimento em Comissão:
- I Chefe do Setor de Engenharia de Tráfego e Sistema Viário Quantidade 01; Símbolo: DAS 1;
- II Chefe do Setor de Educação de Trânsito Quantidade: 01; Símbolo: DAS 1.
- **Parágrafo único.** As atividades administrativas do DEMTRAN e da JARI serão desempenhadas por um Assistente de Administração, a ser designado pelo Prefeito Municipal.
- **Art. 7º. -** As despesas decorrentes das medidas previstas nesta Lei ocorrerão por conta de dotação específica, remanejada do Orçamento Municipal.
- Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- **Art. 1º. -** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar o DEMTRAN Departamento Municipal de Transito, Órgão Executivo do Transito do Município.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã - MS, 15 de dezembro de 2006

## **MOYSÉS NERY**

## **Prefeito Municipal**